

UNIVERSIDADE E CIDADE: RESPONSABILIDADE SOCIAL

Ilan Araújo Silva e Silva¹
Tatiana Larissa Mendes Sampaio²

“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitissem às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica” (Paulo Freire, Educação e Mudança, 1979).

RESUMO

Este trabalho visa abordar as relações entre a Universidade, enquanto espaço de produção do conhecimento e a responsabilidade social através de mundo universitário, abordando como o ensino, a pesquisa e a extensão podem contribuir para uma prática mais estreita desta instituição social com a comunidade/mundo/sociedade, tendo como palco de suas realizações as cidades em que estão inseridas.

Palavras – Chave: Universidade; Responsabilidade Social; Cidade.

ABSTRACT

This work aims to address the relations between the University, while knowledge production space, and social responsibility through universities, addressing how the teaching, research and extension can contribute to closer practice of this social institution with the community /world/society, try to stage their achievements the cities in which they operate.

Keywords: University; Social Responsibility; City.

1 INTRODUÇÃO

A Universidade surgiu na tentativa de se democratizar o conhecimento, uma vez que nessa época a produção do mesmo era privilégio de poucos, onde, só se estudava quem possuía muito dinheiro.

Dessa forma, os estudos eram realizados de forma bem segmentada, com a contratação, por parte de poucos, de professores para se dedicar ao estudo de temas tidos como: “essências universais”, pois, posteriormente, a prática se difunde e a Universidade se

¹ Graduando em Engenharia Civil, pela Universidade Católica do Salvador - UCSAL – ilantri@hotmail.com.

² Mestre e Doutoranda em Humanidades, pela Universidade de Burgos, professora de Direitos Humanos e ambientais e Ciência Política na UCSal – tlms2011@yahoo.com.br.

torna um espaço de produção do conhecimento, menos centralizado, adquirindo um papel fundamental no processo de desenvolvimento humano – social e político do cidadão, que ali ingressasse.

Já que a Constituição no Art. 205, prevê a educação como:

direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando, ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.131).

Muito embora, ainda se nota que as instituições de ensino superior não se debruçam sob todas as demandas existentes. Nesse sentido, a responsabilidade social se torna um pressuposto imprescindível para as suas finalidades, como prevê a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no Art. 43 termo VI, onde se deve: “Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.”

Ainda, no Art.43 termo VII: “Promoção da extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerados na instituição.”

Fica claro que a Constituição assim como a LDB elegem, a docência, pesquisa e extensão como pontos norteadores de uma prática mais democrática na produção do conhecimento, para tanto, a responsabilidade social deve estar inserida teoricamente nesses princípios, para que não haja um abismo entre a teoria e prática. Dessa maneira, este trabalho visa ampliar a compreensão da temática por meio da Universidade.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa explicativa, exploratória que tem o intuito de identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência das práticas educacionais, neste caso, a relação universidade e cidade por meio da responsabilidade social. E ainda trata-se de uma de abordagem qualitativa, onde Triviños afirma que:

A pesquisa qualitativa e descritiva tenta captar a aparência do fenômeno quanto sua essência. Procura as causas e razões de sua existência, tentando explicar suas relações e mudanças e, tenta intuir as consequências que terão para a vida humana. (TRIVIÑOS, 1987, p.132)

Sob o ponto de vista das técnicas utilizadas, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Pois, se desenvolve com base na revisão de literatura, que tratou analiticamente os artigos científicos relacionados diretamente com a temática, comparando os conceitos e ampliando sua compreensão.

Sendo assim, o estudo se deu apontando elementos que possam configurar uma prática universitária voltada para a responsabilidade social mais justa, contribuindo para uma sociedade menos desigual.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL: PRÁTICA NECESSÁRIA

Ainda que um termo relativamente novo, a Responsabilidade Social tem sido pauta de discussão nas mais diversas áreas de conhecimento, portanto, não seria pretensão deste trabalho esgotar todas as possibilidades de análises sobre o tema, acreditando que tal feito seria impossível, afinal, nenhum objeto de análise é esgotável.

Sendo assim, um breve histórico se faz necessário sobre o surgimento do termo. Através de alguns registros constatou-se que a primeira vez que se falou em Responsabilidade Social foi em um manifesto assinado por 120 indústrias inglesas, uma vez que, se discutia o compromisso de tais empresas em contribuir para o bem estar da nação como um todo. Acreditando que segundo Robinson apud Dias; Duarte (1986, p.41) a: “responsabilidade dos que dirigem a indústria é manter um equilíbrio justo entre os vários interesses dos públicos, dos consumidores, dos funcionários, dos acionistas”.

Ao passar do tempo foi se notando que a Responsabilidade Social assume posição destaque em alguns artigos e revistas da Europa, além de ter ganhado muita força na América, pois, defendiam além dos lucros dos acionistas as questões sociais. Mas, foi na França vinculado com a exigência de melhores condições de trabalho que o termo assume o cunho social que se denota.

No Brasil, a responsabilidade social ganha força após a ditadura militar, até porque, vários conceitos sociais foram adquirindo fôlego, especificamente na década de 1980, ainda que associada ao 3º setor, as Ong's de plantão.

Compreendendo a responsabilidade social como um aspecto de fundamental importância para o avanço de uma nação, deve-se abordar os problemas sociais como de responsabilidade de todos e não apenas como responsabilidade dos atingidos.

Afinal, tem que se romper com a impressão de que só os atingidos devem propor e realizar tais mudanças para as mazelas que surgem. Senão, só os violentados discutiriam as questões da violência urbana, ou, os que sofrem no engarrafamento versariam sobre a precariedade do sistema de transporte público e os afetados da seca do nordeste mencionariam estratégias para diminuir o aquecimento global, e assim por diante.

Ademais, outro cuidado que deve ser tomado, que é o de não confundir o caráter voluntário relativo à livre escolha, inerente à responsabilidade social, com trabalho voluntariado que visa, por exemplo, a redução da carga tributária, se caracterizando como uma forma compensatória de uma ação negativa, e que lida apenas com as consequências e não atuam diretamente nas causas.

Além disso, tais ações assistencialistas e filantrópicas tiveram repercussão negativa, por não propiciaram transformações sociais e econômicas importantes.

Nesse sentido, surge a reflexão a respeito do retorno social que a Universidade, enquanto espaço incumbido de se produzir conhecimento, promove ou realiza, por exemplo, nas cidades em que estão situadas.

Dessa maneira, pensar em responsabilidade social por meio das Universidades, faz com que redefinamos o papel do Educador, do Educando, do Colaborador e a Comunidade na qual estar inserida.

Entretanto, acredita-se que não só os que permeiam dentro dos espaços da Universidade sejam, realmente, os únicos capazes de propor os devidos avanços.

No que diz respeito aos professores, Siqueira afirma que:

Os professores são transformadores das organizações/sociedades. Nelas são formadores do poder ideológico que marca o seu destino. Este poder ideológico muda de sociedade para sociedade, de época para época, assim como mudam as relações, ora de contraposição, ora de aliança, que os professores mantêm com os demais poderes organizacionais (SIQUEIRA, 2006, p. 10).

Sendo assim, o autor me ajuda a pensar que o professor que se volta para a responsabilidade social não é apenas um profissional da educação, mas acima de tudo um cidadão. Além do mais, uma formação pautada na cidadania faria com que esse educando se aproximasse dos problemas sociais e já pensasse de que forma contribuirá, colocando ao dispor da sociedade o seu conhecimento.

4 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: TRIPÉ UNIVERSITÁRIO

Acreditando que as três práticas, sob a ótica acadêmica, são indissociáveis, vincularemos como prática recomendada a inserção da responsabilidade social como complemento do papel da Universidade. Dessa forma, o ensino pautado na responsabilidade social será sugerido como tendência na perspectiva de ressignificar alguns elementos desse quociente, assim como algumas práticas.

Para tanto, inicia-se a compreensão do ensino de uma Universidade com algumas considerações de suma importância, como: a descentralização do conhecimento, por acreditar que o conhecimento não possui um dono, ele não se faz pertencente, mas sim, construído e obtido como fruto de uma cooperação entre o receptor e o transmissor, inserido no processo de ensino – aprendizagem, onde, um ensina e aprende com o outro.

Cabe ressaltar, que o rodízio desses sujeitos no que tange a ordem de tal equação, torna-se necessário, para que, quem aprendeu também possa ensinar.

Ademais, promover o exercício de reconhecimento dos saberes populares sem detrimento dos formais e muito menos negligenciar os temas transversais.

Com efeito, pautar o ensino acadêmico na responsabilidade social implica não só em ressignificar alguns fatores, mas também, em reconstruir algumas relações dentro do espaço

universitário, além de envolver diretamente docentes, discentes, colaboradores e comunidade como atores responsáveis nesse processo de mudança.

É entendendo a pesquisa como uma prática que se sustenta na sistematização do conhecimento e do conteúdo, nota – se que para torna-la fenômeno social temos que considerar o saber construído e transmitido historicamente em seu entorno, como por exemplo; a cidade na qual está inserida possui sua trajetória e ela tem que ser respeitada.

Sendo assim, alguns cuidados devem ser tomados, para que não haja envolvimento com o objeto de análise e não correr o risco de mascarar ou maquiagem os resultados obtidos.

Apenas a presença do tripé na universidade não garante que as pesquisas desenvolvidas abordam as problemáticas sociais que existem ou que por ventura venham a existir, no entanto, é relevante que haja uma consonância entre os interesses da Comunidade, da Universidade e de quem pesquisa.

Se tratando de uma pesquisa, que tenha a responsabilidade social como um aspecto relevante na sua construção, a seleção dos objetos de análise desta deve possuir caráter meramente coletivo, onde várias partes sejam as interessadas.

Ainda que esteja diretamente ligada com as emoções e sensações de quem a executa, este pesquisador tem que ter estar ciente que a pesquisa dele assume um papel de mediador e porta voz social. Se colocando ao dispor da produção do conhecimento por meio de técnicas de pesquisa, de forma leal e fiel para com a sociedade.

Ate porque direcionar o sentido de uma Universidade em apenas contribuir para a formação profissional do cidadão é fazer deste espaço uma via de mão única, sem possibilidades de avanço, porém, conscientizar de que transbordar em justiça social se faz necessário, para surgir uma via na contra mão dessa dinâmica.

Além do mais, fazer com que um cidadão reconheça a importância de sua função social e que através de sua formação profissional ele se comunique, se aproxime, dialogue e se expresse com a sociedade, é, por fim, o grande triunfo da IES.

Das finalidades do tripé universitário acima citato, talvez o que mais consigamos enxergar como prática social seja a extensão, por se realizar diretamente com a participação da comunidade em seu entorno, expondo seus benefícios para usufruto dessa comunidade.

Dessa maneira, materializar as questões investigadas e identificadas nas pesquisas, na perspectiva de solucionar ou vivenciar as tendências apontadas como avanço, ainda não atenderia as perspectivas sociais.

Segundo Severino:

A extensão tem que ser intrínseca ao exercício pedagógico do trabalho universitário. Não se trata de uma concessão, de um diletantismo, mas de uma exigência do processo formativo. Toda instituição de ensino superior tem que ser extensionista, pois só assim ela estará dando conta da formação integral do jovem universitário, investindo-o pedagogicamente na construção de uma nova consciência social. Deve expressar a gênese de propostas de reconstrução social, buscando e sugerindo caminhos de transformação para a sociedade. (SEVERINO, 2002, p.123).

A dessa maneira, fica facilmente explícito que independente de ser uma IES pública ou privada a Universidade tem em sua essência esse compromisso social, desmitificando ainda que o retorno social, à ela incumbida, seja trabalho voluntário, afinal, seria contraditório acreditar em transformações pelo voluntariado, já que, o pretendido é a justiça social.

Imagina - se em um futuro próximo como seria coesa a relação do estudante de Engenharia Civil, por exemplo, atuando na secretaria da defesa civil de sua cidade, orientando a população e compreendendo o porquê da existência daquela realidade. Não menos brilhante, seria a atuação de um núcleo jurídico dentro das comunidades, tidas como carente, com as mesmas intenções.

Destaca- se que dessa forma, dinâmica, o conhecimento estaria sendo trazido de fora para dentro da Universidade, onde a comunidade, a cidade e a sociedade como um todo, atuariam como autores de sua própria história e, não mais, como meros atores sociais de sua própria trajetória.

A autonomia que a universidade espera alcançar em seu modelo atual não permite uma concretude entre universidade, cidade e responsabilidade social, até porque, para além dos processos pedagógicos e acadêmicos existem outros fatores que compõem este quadro

“desmoldurado”, que a gestão e o posicionamento político da instituição, ainda que inicialmente sejam considerados temas transversais, para se obter êxito, de fato, se faz necessário que deixem de ser oculto.

Assim, Silveres menciona como importante, que as instituições de ensino superior:

[...] possam desencadear uma percepção crítica da realidade e, de forma criativa, contribuir com esta como uma opção institucional. Isso exige um espaço de liberdade, que elimina toda forma de coerção, bem como de autonomia para responder, a partir da sua especificidade, aos desejos e necessidades dos sujeitos sociais. (SILVERES, 2005, p.46)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirmar que a responsabilidade social se tornou um dos principais temas da atualidade pode parecer clichê, porém, tal impressão cai por terra quando se alerta para as incoerências a partir da ótica das Universidades, mais, quando se busca o retorno social que esta universidade não oferece às cidades em que estão inseridas.

Portanto, pensar em uma universidade que incorpore como política educacional e até mesmo com prática pedagógica a Responsabilidade Social não implica apenas em associar as suas finalidades a tal tema e, sim, conscientizar todos os envolvidos neste espaço acadêmico como corresponsáveis pelo problema do outro.

Cabe ressaltar, que uma reforma universitária se faz necessário, onde se adotar algumas mudanças torna – se urgente, como por exemplo, no currículo, onde cabem algumas reflexões sobre o papel do educador, ademais, perpassando por uma ampliação no conceito do que é ser acadêmico e por fim, deixar claro que todos independentemente de portar um título ou não, são agentes sociais, buscando justiça social.

Sendo assim, clamar por justiça social a partir de um espaço construído e permeado por todos dotados de consciência social é a perspectiva que se espera.

É difícil conceber a responsabilidade social por meio da universidade, sem a politização dos que lhe representam; afinal, é um posicionamento político que irá lhe munir

com criticidade, na reflexão, análise, escolha e seleção das demandas sociais a serem solucionadas.

Esse posicionamento político não precisa ser partidário, alerta-se apenas para que ele esteja presente no modelo de universidade vigente, já que a universidade surge para ampliar as essências universais, ainda que esta seja instituição do Estado e que “tenda” a defender seus interesses, no entanto, o que se espera da IES é que ela goze e dissemine de sua autonomia social.

REFERÊNCIAS

BARROS, Conceição de Maria Pinheiro; FREIRE, José Célio. A responsabilidade social universitária na perspectiva do Sinaes: um estudo de caso no Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará – Campus de Sobral. **Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 891-920, out./dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB: Leis de diretrizes e bases da educação nacional** Lei 9.394/1996.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil 1988, Fortaleza, Banco do Nordeste.

ASSIS, M. R.; BONIFÁCIO, A. N.: **A formação docente na universidade: ensino, pesquisa e extensão**. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.1, n.3, p.36-50, set./dez. 2011.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação Social na Dinâmica Empresarial**. Tese de Doutorado - Departamento de Administração. São Paulo: USP, 2001.

COMUNG. **Documento do COMUNG** (Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas) 1994, pag. 5.

DIAS, J. M; DUARTE, G. D. **Responsabilidade social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro: LTC, Fundação Assistencial Brahma, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PINTO, Maira Meira. **Responsabilidade Social Universitária: o caso da Universidade de Santa Cruz do Sul**. 1. ed. Rio Grande do Sul. Edunisc, 2012.



Direitos Humanos, Ética e Dignidade

18 a 24 de outubro de 2015

SIQUEIRA, Wagner. A responsabilidade social do professor. Entrevista com Wagner Siqueira cedida pelo Jornal Educação. **Revista Arte&Educação**. Edição especial comemorativa – 50 anos da escolinha de arte do Brasil. Rio de Janeiro: EAB/Escolinha de Arte do Brasil, p.10-11, mar.2006.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. Responsabilidade Social e Universidade: uma ação necessária. **Eccos Revista Científica**, vol. 12, núm. 1, 2010, pp. 119-140, Universidade Nove de Julho.